

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 Contexto operacional

A Cambuci S.A. (designada neste relatório como “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede em São Paulo, capital. Está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB4”.

A Cambuci tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estampa, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras sociedades como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Espanha, Argentina, Uruguai, Chile e no Paraguai através de uma unidade industrial.

2 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

- (i) **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de ativos e passivos.
- (ii) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 3.
- (iii) **Aprovação das Demonstrações Financeiras** - A aprovação e autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2014.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (“IASB”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são aplicadas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não adquiriu nenhuma empresa ou negócio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, bem como não há ativos não circulantes mantidos para a venda ou operações descontinuadas.

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras individuais, denominada “Controladora”, estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas e não apresentam diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis da Controladora.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;
- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das seguintes controladas, em 31 de dezembro de 2013:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora			Consolidado		
	31/dez/12			31/dez/12		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Contas a receber de clientes	62.154		62.154	71.457	(12.087) (d)	59.370
Demais contas a receber	9.152	(1.827) (a)	7.325	20.893	(3.356) (d)	17.537
	141.667	(1.827)	139.840	199.105	(15.443)	183.662
Não Circulante						
Partes relacionadas	33.641	(6.387) (b)	27.254	381	-	381
	99.499	(6.387)	93.112	61.886	-	61.886
Total do ativo	241.166	(8.214)	232.952	260.991	(15.443)	245.548

	Controladora			Consolidado		
	31/dez/12			31/dez/12		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante	95.053	-	95.053	108.818	-	108.818
Não Circulante						
Provisão para perda em controladas	22.284	7.083 (c)	29.367	-	-	-
	116.918	7.083	124.002	122.607	-	122.607
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados	(4.902)	(15.297)	(20.200)	(4.902)	(15.297) (d)	(20.200)
Total atribuível aos acionistas da Companhia	29.195	(15.297)	13.897	29.195	(15.297)	13.897
Participação dos acionistas não controladores em controladas				371	(145)	226
	29.195	(15.297)	13.897	29.566	(15.443)	14.123
Total do passivo e patrimônio líquido	241.166	(8.214)	232.952	260.991	(15.443)	245.548

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	31/dez/12			31/dez/12		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	92.613	-	92.613	112.676	-	112.676
Despesas (receitas) operacionais						
Gerais e administrativas	(24.982)	(8.214) (c)	(33.196)	(29.268)	(15.443) (d)	(44.711)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.665)	(7.083) (c)	(8.749)	-	-	-
	(88.031)	(15.297)	(103.329)	(105.466)	(15.443)	(120.909)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	4.582	(15.297)	(10.716)	7.210	(15.443)	(8.233)
Prejuízo antes da participação dos não controladores	(12.317)	(15.297)	(27.615)	(12.375)	(15.443)	(27.818)
Atribuível aos acionistas não controladores				58	145	203
Prejuízo do exercício	(12.317)	(15.297)	(27.615)	(12.317)	(15.297)	(27.615)

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	31/dez/12			31/dez/12		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.317)	(15.297)	(27.615)	(12.317)	(15.297)	(27.615)
Ajuste para reconciliação do prejuízo do exercício:						
Resultado de equivalência patrimonial	1.665	7.083 (c)	8.749	-	-	-
Geração de caixa antes das variações do capital circulante operacional	8.949	(8.214)	735	10.250	(15.297)	(5.048)
Variação do capital circulante operacional:						
Contas a receber de clientes	8.477		8.477	(3.542)	12.087 (d)	8.545
Demais contas a receber	(655)	1.827 (a)	1.172	(6.310)	3.356 (d)	(2.954)
Caixa gerado (aplicado) pelas operações	8.442	(6.387)	2.055	(11.388)	145	(11.243)
Juros pagos	(6.385)		(6.385)	(6.765)		(6.765)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	2.057	(6.387)	(4.330)	(18.153)	145	(18.008)
Aplicação de caixa em investimentos	(9.895)	-	(9.895)	(8.509)	-	(8.509)
Partes relacionadas:						
Pagamentos	(118.412)	6.387 (b)	(112.025)			
Participações dos acionistas não controladores em controladas				203	(145)	58
Geração (aplicação) de caixa em financiamentos	13.822	6.387	20.209	34.668	(145)	34.523
Geração (aplicação) de caixa e equivalentes	5.984	(0)	5.984	8.006	(0)	8.006
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	5.984	-	5.984	8.006	-	8.006

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	31/dez/12			31/dez/12		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Insumos adquiridos de terceiros						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.862)	(8.214) (a)(b)	(47.076)	(55.149)	(15.443) (d)	(70.592)
	(168.163)	(8.214)	(176.377)	(216.884)	(15.443)	(232.327)
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado da equivalência patrimonial	(1.665)	(7.083) (c)	(8.749)	-	-	-
Valor adicionado líquido a distribuir	95.183	(15.297)	79.885	108.139	(15.443)	92.696
Distribuição do valor adicionado						
Remuneração de capitais próprios						
Prejuízo do exercício	(12.317)	(15.297)	(27.615)	(12.317)	(15.297)	(27.615)
Dividendos						
Participação dos não controladores nos lucros retidos				(58)	(145)	(203)
Total	(12.317)	(15.297)	(27.615)	(12.375)	(15.443)	(27.818)
Valor adicionado total distribuído	95.183	(15.297)	79.885	108.139	(15.443)	92.696

Os efeitos acima demonstrados podem ser assim explicados:

Controladora

(a) - R\$ 1.827 – Demais contas a receber (ativo circulante)

Trata-se de baixa de valores a receber da Cambuci S/A junto às administradoras de cartão de crédito.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) - R\$ 6.387 – Partes relacionadas (ativo não circulante)

Refere-se à conciliação de saldo a receber com parte relacionada - Ímpar Sports.

(c) - R\$ 7.083 – Provisão para perdas em controladas (passivo não circulante)

Trata-se do reflexo por equivalência patrimonial da conciliação efetuada na controlada Ímpar Sports, correspondendo a:

- R\$ 5.586 – referentes ao reflexo da conciliação de saldos oriundos de transações realizadas entre Cambuci S/A e Ímpar Sports. Vide este ajuste comentado no item “d” do consolidado.
- R\$ 1.497 – referente a baixa de valores a receber junto às administradoras de cartão de crédito.

Efeitos no resultado do exercício - Controladora

Os efeitos dos ajustes descritos nos itens (a), (b) e (c) correspondem a R\$ 15.297 e foram reconhecidos no resultado do exercício de 2012, sendo R\$ 8.214 o somatório dos itens (a) e (b) na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e R\$ 7.083 na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

Consolidado

(d) Os ajustes correspondem a:

- R\$ 12.087 - Contas a receber de clientes

Trata-se do reflexo na conciliação do saldo com partes relacionadas (Cambuci S/A e Ímpar Sports) classificadas inadequadamente na rubrica “contas a receber de clientes”.

Este montante corresponde aos valores de R\$ 6.387, referente ao ajuste (b) da controladora e R\$ 5.700, correspondente à parte do ajuste (c) da controlada Ímpar Sports.

- R\$ 3.356 – demais contas a receber

Trata-se de baixa de valores a receber junto às administradoras de cartão de crédito. Este valor corresponde a R\$ 1.827 da controladora e R\$ 1.529 da controlada Ímpar Sports.

Efeitos no resultado do exercício - Consolidado

Os efeitos dos assuntos descritos nos itens (a), (b) e (c) correspondem a R\$ 15.297 e foram ajustados no resultado do exercício de 2012, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

A regularização destes valores, de forma retrospectiva, visa evidenciar a transparência e os respectivos reflexos dos mesmos na forma como anteriormente foram elaboradas e apresentadas às demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia esclarece que os ajustes refletidos no resultado do exercício não trouxeram efeitos fiscais e nem prejudicaram seus acionistas quanto a eventuais efeitos no cálculo de distribuição de dividendos, uma vez que já havia

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

apresentado um prejuízo líquido de R\$ 12.317 na demonstração do resultado originalmente apresentada.

2.4 Apresentação de informações por segmentos

A Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. A informação do segmento operacional da Companhia é elaborada e apresentada de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Diretor Presidente, que é o principal tomador de decisões operacional e responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento. Nota 31.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2) e IAS 21.

(b) Transações e saldos

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

(c) Controladas

As controladas possuem moeda funcional diferente da moeda da Controladora, a saber:

- (i) Penalty Argentina, sediadas na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino;
- (ii) Penalty Chile, sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno;
- (iii) Penalty Ibéria, sediada na Cidade de Barcelona na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro;
- (iv) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandárias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani; e
- (v) Latinline, sediada na Cidade de Montevideu no Uruguai, cuja moeda funcional é o peso.

As demonstrações financeiras destas controladas são convertidas para reais com base nas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

seguintes regras:

- Os ativos e passivos são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento do final de cada exercício;
- O patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica, ou seja, a taxa de câmbio vigente na data de cada transação; e
- As demonstrações do resultado são convertidas com base na taxa média mensal de câmbio em vigor nas datas das demonstrações financeiras.

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “outros resultados abrangentes”.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7 Aplicações financeiras

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8 Ativos financeiros

2.8.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

- (a) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.
- (b) **Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), aplicações

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

financeiras (Nota 6), contas a receber de clientes (Nota 7), demais contas a receber (Nota 13), contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas.

- (c) **Ativos mantidos até o vencimento** - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.
- (d) **Ativos financeiros disponíveis para venda** - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

2.8.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.8.4 Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- ii) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- iv) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- v) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

(a) Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. O saldo dessa provisão corresponde aos títulos vencidos há mais de dois anos da carteira do contas a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No momento a Cambuci não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivesse alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 72 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.11 Contratos de arrendamentos (*leasing*)

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiros sempre que os termos do *leasing* transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os *leasing* financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do *leasing* financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do *leasing*. O bem do imobilizado adquirido por meio de *leasing* financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 15(e).

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional.

2.12 Participações em sociedades controladas

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os investimentos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta resultado de equivalência patrimonial.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A taxa de desconto utilizada durante o exercício de 2013 ficou em 6,57% a.a. e (6,19% a.a. em 2012). As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: clientes e fornecedores, todos com vencimentos acima de 180 dias.

2.14 Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

2.15 Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção, quando aplicável, e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso.

Conforme mencionado na Nota 2.11 acima, os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor.

Os encargos financeiros, quando aplicável, são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i).

Os gastos com o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e amortização utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 15 (e).

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A análise efetuada em 31 de dezembro de 2012 indicou a necessidade de mudança, na vida útil das máquinas e equipamentos das unidades fabris, em relação à praticada em 2011.

Os efeitos de depreciação decorrentes desta revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012 e estão apresentados na Nota 15 (e).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas “Outras receitas (despesas) líquidas”.

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

2.16 Ativo intangível

Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes:

(a) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

(b) Softwares

São registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

(c) Ponto comercial

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

2.17 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

2.18 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como receita financeira Nota 2.13.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.20 Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 22).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.21 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(i) Correntes

O Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CSL”) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

2.22 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

- (i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 23.
- (iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

2.23 Reconhecimento da receita de vendas

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidade dos termos de entrega for contratado:

- (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;
- (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

2.24 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório (25%) é registrado como passivo na rubrica “dividendos a pagar” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Caso a parcela dos dividendos seja superior ao dividendo mínimo obrigatório não é registrada como passivo, mas apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 641/10, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) através da deliberação CVM 604/09 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.26 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas previstas IFRS.

2.27 Normas, interpretações e revisões de normas vigentes e não vigentes

a) Normas, interpretações e revisões de normas vigentes em 2013 que poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia, foram as seguintes:

- IFRS 7 - Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros -

As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 12 - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades - As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo - As aplicabilidades desta norma não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

Diversos pronunciamentos contábeis foram emitidos pelo IASB com aplicação a partir de 2014 e 2015. Demonstramos a seguir, as correspondentes normas e interpretações e nossos comentários acerca dos reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia:

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação** – traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. Será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC.

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros** – aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da companhia e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em “outros resultados abrangentes” e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A data de aplicação será a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Estimativas e julgamentos críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 2.15), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 22), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 20). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

3.1 Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício por esses profissionais para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

3.2 Provisões e passivos contingentes

A Administração da Cambuci, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Perda provável – são processos onde existem maior probabilidade de perda do que de êxito, ou seja, onde a probabilidade de perda é superior a 50% (Nota 22). Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic;
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 23).

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

4 Política de gestão de risco

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

4.1 Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 20.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

(a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de *hedge* é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (i) proteção de fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (ii) proteção de fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas.

A Cambuci tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de curto e longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração, além de *hedge* para operações de curto prazo.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), das taxas pós-fixadas indexadas aos índices de inflação IPCA/INPC e, da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

4.2 Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui provisão para trazê-las ao seu valor provável de realização.

4.3 Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

						Consolidado
	Nota	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	Total
Circulante						
Fornecedores		15.881				15.881
Empréstimos e financiamentos	18	86.505				86.505
Debêntures	19	4.559				4.559
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	18		47.709	13.103	8.073	68.885
Debêntures	19		3.723			3.723
Em 31 de dezembro de 2013		106.945	51.432	13.103	8.073	179.553

(i) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas nos contratos firmados.

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa		39	25	39	25
Bancos - conta corrente		13.381	14.684	23.331	23.251
		<u>13.420</u>	<u>14.709</u>	<u>23.370</u>	<u>23.276</u>

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros.

6 Aplicações financeiras

		Controladora/Consolidado	
		2013	2012
Mantidas até o vencimento			
Depósitos restritos		546	500
Total		<u>546</u>	<u>500</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos mantidos até o vencimento da Companhia correspondem à aplicação financeira em CDB, classificadas no ativo não circulante.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cientes				
no Brasil	58.758	65.534	68.737	62.750
no exterior	2.086	1.436	2.163	1.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.812)	(4.816)	(2.260)	(4.816)
Total	<u>59.032</u>	<u>62.154</u>	<u>68.640</u>	<u>59.370</u>

A Companhia mensura regularmente efeitos de valor presente em suas contas a receber, conforme mencionado na Nota 2.9 e 2.13.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

A composição do saldo das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	2.451	3.234	2.473	3.234
De 31 a 180 dias	3.335	5.560	5.951	5.560
A partir de 180 dias	3.797	6.952	4.183	6.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.812)	(4.816)	(2.260)	(4.816)
Total dos títulos vencidos - terceiros	7.771	10.930	10.347	10.930
Títulos a vencer - terceiros	39.699	34.786	58.293	48.440
Total da carteira de clientes - terceiros	47.470	45.716	68.640	59.370
Total da carteira com controladas	11.562	16.438		
Total da carteira de clientes	<u>59.032</u>	<u>62.154</u>	<u>68.640</u>	<u>59.370</u>

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo da provisão no início do exercício	(4.816)	(2.791)	(4.816)	(2.941)
(Provisões / reversões) do exercício	2.987	(2.083)	2.575	(2.083)
Baixa de títulos considerados incobráveis	17	58	(19)	208
Saldo da provisão no final do exercício	<u>(1.812)</u>	<u>(4.816)</u>	<u>(2.260)</u>	<u>(4.816)</u>

A metodologia utilizada para cálculo dessa provisão encontra-se na Nota 2.8.4 (a).

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	23.925	31.812	39.160	53.598
Importação em andamento	2.477	3.275	2.477	3.275
Produtos em elaboração	1.737	2.687	1.737	2.687
Matérias-primas	10.631	11.628	13.391	12.775
Matérias-primas em trânsito	539	1.419	539	1.419
Material de manutenção	616	2.083	616	2.083
	<u>39.925</u>	<u>52.904</u>	<u>57.920</u>	<u>75.837</u>

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

9 Partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme mencionados na Nota 18 (f), tem sido prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

	Controladora			
	2013		Transação no resultado de janeiro a dezembro de 2013	
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv.
	Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Venda de produtos
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.		723		
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.		63		
Impar Paraguay S/A	1.565		5.493	1.127
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	2.058	26.978	637	8.666
Penalty Argentina S/A	6.339			2.768
Penalty Chile S/A	1.600	606		271
Penalty Ibéria S.L.				21
Total	<u>11.562</u>	<u>28.370</u>	<u>6.130</u>	<u>12.853</u>
				<u>13.561</u>

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora			
	2012		Transação no resultado de janeiro a setembro de 2012	
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	
	Contas a receber clientes	Crédito com partes relacionadas	Fornecedores	Compra de matérias-primas, produtos acabados, serv.
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.		567		
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.		61		
Impar Paraguay S/A	1.561	216	4.112	1.684
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	4.369	24.885	322	6.817
Penalty Argentina S/A	8.465			3.388
Penalty Chile S/A	1.135	606		395
Penalty Ibéria S.L.	908	919	84	1.010
Total	16.438	27.254	4.518	13.294

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

Os sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 20% do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”) proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

Pessoal chave da administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante pago no exercício para o pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.794 (R\$ 2.124 em 31 de dezembro de 2012).

Os membros da diretoria não mantém operação de empréstimos, adiantamentos e outras operações com a Companhia, além dos seus serviços normais.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC05 (R1), a Companhia não possui programa de

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores; benefícios pós-emprego; benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseado em ações.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	1.089	803	1.501	962
IPI	240	97	241	97
PIS	38		38	26
COFINS	229		229	121
IVA de controladas no exterior			3.880	4.580
Outros	370	2	387	5
	<u>1.965</u>	<u>902</u>	<u>6.275</u>	<u>5.791</u>
No ativo circulante	1.965	902	6.275	5.791
Total	<u>1.965</u>	<u>902</u>	<u>6.275</u>	<u>5.791</u>

11 Imposto de renda ("IR") e Contribuição Social sobre o Lucro ("CSL")

	Controladora	
	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) antes do IR e da CSL	331	(27.615)
Adições	10.209	13.144
Resultado da equivalência patrimonial	3.347	8.749
Outras	6.862	4.395
Exclusões	(25.923)	(25.039)
Efeitos tributários da adoção do Regime Tributário de Transição - RTT	(73)	(2.112)
Subvenção para investimento - ICMS	(20.732)	(22.927)
Outras	(5.118)	
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(15.383)	(39.510)

Os créditos fiscais diferidos não foram contabilizados em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32 que foi aprovado pela deliberação CVM 599/09. A Administração da Companhia mantém monitoramento de seus resultados, com vistas ao reconhecimento contábil dos referidos créditos fiscais se atingidas todas as condições previstas no citado Pronunciamento. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do prejuízo fiscal é de R\$ 150.302 (R\$ 134.919 em 31 de dezembro 2012) e de base negativa de contribuição social é de R\$ 90.391 (R\$ 75.008 em 31 de dezembro 2012).

Medida Provisória nº 627/2013

No dia 11/11/2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com eventual pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, que tenham sido pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, não traria reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a apreciação da referida MP pelo Poder Legislativo a fim de decidir sobre sua eventual adoção antecipada para o ano-calendário de 2014.

12 Despesas pagas antecipadamente

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios com clubes de futebol, prêmios de seguros e gastos com marketing.

13 Demais contas a receber – controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem substancialmente, conforme a Nota 28, ação transitada em julgado da Eletrobrás, bem como os seguintes adiantamentos financeiros efetuados a: - fornecedores; - despachantes; - viagens; - férias; - patrocínios em clubes; - entre outras contas a receber.

14 Investimentos

(a) Informações sobre os investimentos societários

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Controladora			
		Lucro (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido	
		2013	2012	2013	2012
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(176)	2.340	(8.478)	(8.293)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(2)	(5)	29.464	(534)
Impar Paraguay S/A	96,70	661	724	3.727	3.925
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(1.265)	(16.429)	(19.268)	(18.003)
Latinline S/A	100,00	1.235	623	3.345	2.454
Penalty Argentina S/A	95,00	1.512	262	3.395	2.260
Penalty Chile S/A	76,00	(608)	244	1.368	1.854
Penalty Ibéria S.L	100,00	(4.779)	(4.609)	(2.641)	(2.897)

(b) Em 31 de dezembro de 2013, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Saldos em 2012	Aumento do capital social	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Transfêrencia	Ajuste de conversão	Saldos em 2013
Investimentos em controladas								
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	(i)		30.000		(2)	(534)		29.464
Impar Paraguay S/A		3.794			639		(828)	3.605
Latinline S/A		2.454		(687)	1.235		345	3.347
Penalty Argentina S/A		2.159			1.436		(369)	3.226
Penalty Chile S/A		1.437			(461)		65	1.041
		<u>9.844</u>	<u>30.000</u>	<u>(687)</u>	<u>2.847</u>	<u>(534)</u>	<u>(787)</u>	<u>40.684</u>
Provisão para perdas em investimentos								
Cambuci Importadora Ltda.		(8.293)			(176)		(9)	(8.478)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	(i)	(534)				534		-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.		(17.643)			(1.240)			(18.883)
Penalty Ibérica S.L.		(2.897)	5.635		(4.778)		(601)	(2.641)
		<u>(29.367)</u>	<u>5.635</u>	<u>-</u>	<u>(6.194)</u>	<u>534</u>	<u>(610)</u>	<u>(30.002)</u>

A Administração da Companhia adota como prática, conforme mencionado na Nota 2.12, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

(i) – Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia integralizou capital em sua controlada ERA Sports Artigos Esportivos Ltda, no montante de R\$ 30.000, mediante a conferência em bem imóvel, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2013. O referido imóvel estava registrado no ativo imobilizado pelo custo histórico de R\$ 7.917 e baseado em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, para a data base de 31 de dezembro de 2013, foi avaliado a valor de mercado pelo valor de R\$ 30.000, resultando em ganho no valor de R\$ 22.083 que foi reconhecido na demonstração do resultado na rubrica “outras receitas/despesas operacionais” (Nota 28) na data da transação.

15 Imobilizado

(a) A composição do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Taxa de Depreciação	Controladora					
		2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	145		145
Edificações	4%	10.648	(6.130)	4.518	10.648	(5.711)	4.937
Máquinas e equipamentos	6,67%	50.789	(32.992)	17.797	49.630	(28.388)	21.242
Equipamentos de computação	20%	7.036	(6.059)	977	6.766	(5.573)	1.193
Instalações	10%	14.234	(7.531)	6.703	14.209	(6.555)	7.654
Móveis e utensílios	10%	4.101	(2.414)	1.687	4.071	(2.105)	1.966
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	8.487	(2.702)	5.785	8.433	(1.522)	6.911
Imobilizado em andamento		501	-	501	121		121
Total		<u>95.941</u>	<u>(57.828)</u>	<u>38.113</u>	<u>94.023</u>	<u>(49.854)</u>	<u>44.169</u>

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Taxa de Depreciação	Consolidado					
		2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		30.145		30.145	145		145
Edificações	4%	10.648	(6.130)	4.518	10.648	(5.711)	4.937
Máquinas e equipamentos	6,67%	55.705	(33.890)	21.815	54.517	(28.620)	25.897
Equipamentos de computação	20%	7.140	(6.475)	665	6.870	(5.869)	1.001
Instalações	10%	14.234	(7.546)	6.688	14.209	(6.555)	7.654
Móveis e utensílios	10%	4.101	(2.414)	1.687	4.071	(2.105)	1.966
Outros ativos imobilizados	10% a 20%	8.487	(2.702)	5.785	8.433	(1.522)	6.911
Imobilizado em andamento		501		501	121		121
Total		130.961	(59.157)	71.804	99.014	(50.382)	48.632

Conforme mencionado na Nota 2.15 um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Nos exercícios findos em 2013 e 2012, a Administração da Companhia não identificou necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam máquinas e equipamentos oferecidos como garantia às operações de financiamentos.

- (b) A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora				
	2012	Adições	Baixas	Depreciações	2013
Terreno	145	3.243	(3.243)	-	145
Edificações	4.937	4.674	(4.674)	(419)	4.518
Máquinas e equipamentos	21.242	1.309	(150)	(4.604)	17.797
Equipamentos de computação	1.193	272	(2)	(486)	977
Instalações	7.654	25	-	(976)	6.703
Móveis e utensílios	1.966	30	-	(309)	1.687
Outros ativos imobilizados	6.911	141	(87)	(1.180)	5.785
Imobilizado em andamento	121	714	(334)	-	501
Total	44.169	10.408	(8.490)	(7.974)	38.113

	Consolidado				
	2012	Adições	Baixas	Depreciações	2013
Terreno	145	15.531	(3.243)	-	12.433
Edificações	4.937	22.386	(4.674)	(419)	22.230
Máquinas e equipamentos	25.897	1.313	(150)	(5.270)	21.790
Equipamentos de computação	1.001	272	(3)	(606)	664
Instalações	7.654	25	-	(991)	6.688
Móveis e utensílios	1.966	31	(1)	(309)	1.687
Outros ativos imobilizados	6.911	141	(87)	(1.180)	5.785
Imobilizado em andamento	121	740	(334)	-	527
Total	48.632	40.439	(8.492)	(8.775)	71.804

- (c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía máquinas oferecidas como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos, bem como arrolados em defesa de processos judiciais. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Arrendamento mercantil financeiro (leasing)

A Companhia mantém no exercício de 2013, operação de arrendamento mercantil financeiro para aquisição de bens do ativo imobilizado que são garantidos pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados, cujo valor contábil residual, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 643 (2012: R\$ 503).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 313 e foi classificado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos” na Nota 18.

(e) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia efetuou análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, requerida pela interpretação técnica ICPC 10, com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2012. A análise foi concentrada, substancialmente, em máquinas e equipamentos. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente desses bens e ajustar a depreciação ao período de vida útil residual dos bens, o impacto registrado no resultado referente ao exercício de 2013 foi de R\$ 696.

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	2013	2012
Edificações	25 anos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Outros ativos imobilizados	5 a 10 anos	5 a 10 anos

Parte das máquinas e equipamentos industriais foram avaliados por um prazo médio de vida útil entre 12 e 15 anos, caracterizando o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da utilização do equipamento no processo produtivo, assim como, a constante substituição de peças de reposição na busca de avanço tecnológico e o aumento de produção.

(f) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Cambuci revisou e não identificou a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável. O método utilizado foi o modelo de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas e análises de fatores internos e externos às operações da Companhia, que sinalizasse a presença de indicativos de risco de realização.

A avaliação dos ativos da Companhia é efetuada periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos,

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, foi o resultado de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, nenhuma provisão foi registrada devido à ausência de indicativos de risco de realização.

(g) Terrenos e Edificações – consolidado

Conforme descrito na Nota 14 (i), a Administração da Companhia integralizou o capital na sua controlada ERA Sports Artigos Esportivos Ltda, no montante de R\$ 30.000.

16 Intangível

(a) Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Taxa de Amortização	Controladora					
		2013			2012		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.790	(1.500)	290	1.695	(1.209)	486
Direito de uso de software (i)	20%	6.830	(1.452)	5.378	6.423	(872)	5.551
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	1.160		1.160
Intangível em andamento		122	-	122			
Total		9.902	(2.952)	6.950	9.278	(2.081)	7.197

	Taxa de Amortização	Consolidado					
		2013			2012		
		Custo	Amortizações	Líquido	Custo	Amortizações	Líquido
Marcas e patentes	10%	1.701	(1.411)	290	1.606	(1.120)	486
Direito de uso de software (i)	20%	7.092	(1.656)	5.436	6.530	(969)	5.561
Outros ativos intangíveis (ii)		1.160	-	1.160	1.160		1.160
Intangível em andamento		122	-	122			
Total		10.075	(3.067)	7.008	9.296	(2.089)	7.207

- (i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão Totvs-EMS.

Em 31 de dezembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esses sistemas e projetos, nenhuma provisão para desvalorização por “*impairment*” foi constituída sobre esses saldos.

- (ii) Os outros ativos intangíveis referem-se, substancialmente, a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, passíveis de venda.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (b) A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora			
	2012	Adições	Baixas	Amortizações
Marcas e patentes	486	117	(22)	(291)
Direito de uso de software	5.551	1.740	(1.333)	(580)
Outros ativos intangíveis	1.160			
Intangível em andamento		122		
Total	7.197	1.979	(1.355)	(871)

	Consolidado			
	2012	Adições	Baixas	Amortizações
Marcas e patentes	486	117	(22)	(291)
Direito de uso de software	5.561	1.895	(1.333)	(687)
Outros ativos intangíveis	1.160			
Intangível em andamento		122		
Total	7.207	2.134	(1.355)	(978)

17 Demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

18 Empréstimos e financiamentos

Encargos Financeiros Médios		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Em moeda corrente - R\$					
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	45.319	30.559	52.715	30.559
Capital de giro	Fixo 18% a.a.			14.684	12.228
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	34.180	37.295	34.180	37.295
Desenhahia - BNDES (a)	TJLP	19.409	21.350	19.409	21.350
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m	524	228	524	228
Barclays (c)	0%	656	2.297	656	2.297
Leasing	1,04% a 1,24%	313	318	313	318
BDMG	IPCA + 6% a.a.	2.371	3.178	2.371	3.178
		102.772	95.225	124.852	107.453
Em moeda estrangeira - US\$					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	9.129	15.475	9.129	15.475
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros reais)	8.022	9.347	8.818	9.347
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.			12.591	14.368
		17.151	24.822	30.538	39.190
		119.923	120.047	155.390	146.643
Passivo circulante		59.827	62.867	86.505	75.411
Passivo não circulante		60.096	57.180	68.885	71.232

(a) Desenhahia

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 19.409 (controladora e consolidado) corresponde a 120 parcelas e encontra-se adimplente.

(b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Instituição Financeira	Finalidade	Cambuci S/A	Consolidado				Total
			Impar Sports	Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	
Banco del Chile	Capital de giro					454	454
Banco Galicia	Capital de giro				1.346		1.346
Banco Provincia de Bs. As.	Capital de giro				326		326
Banco BBVA Francés	Capital de giro				3.732		3.732
Banco Patagonia	Capital de giro				9.280		9.280
Bradesco	Capital de giro			12.591			12.591
Banco Safra	Capital de giro	5.056					5.056
Banco do Brasil	Capital de giro		470				470
Banco Itaú	Capital de giro	8.022				343	8.365
Banco Fibra	Capital de giro	5.000					5.000
Banco Paulista	Capital de giro	16.050					16.050
Banco Panamericano	Capital de giro	9.000					9.000
Banco Votorantim	Capital de giro	4.861					4.861
Banco da China	Capital de giro	5.352					5.352
Banco Daycoval	Capital de giro		6.925				6.925
Banco ABC	BNDES	7.030					7.030
Banco Daycoval	BNDES	17.223					17.223
Banco Itaú	BNDES	4.808					4.808
Banco Intercep	BNDES	2.269					2.269
Banco Safra	BNDES	2.850					2.850
Banco Santander	Finimp	2.144					2.144
Bic Banco	Finimp	1.055					1.055
Banco Safra	Finimp	4.936					4.936
Banco Sofisa	Finimp	994					994
Desembahia	Renegociações	19.409					19.409
BDMG	Renegociações	2.371					2.371
Barclays	Renegociações	656					656
CSI Latina Arrendamento Mercantil	Leasing	162					162
Banco Santander	Leasing	10					10
Banco Safra	Leasing	16					16
Bic Banco	Leasing	106					106
Bradesco	Leasing	19					19
Banco Santander	Finame	146					146
Banco Daycoval	Finame	378					378
		119.923	7.395	12.591	14.684	797	155.390

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

(c) Operações em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galicia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda, sendo revisadas também as proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaíam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

de R\$ 2.297, pagáveis em 14 parcelas sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 20 de março de 2013. Em dezembro de 2013, o saldo remanescente deste empréstimo é de R\$ 656.

(d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento de curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2013	2012
2013	-	75.411
2014	86.505	27.308
2015	27.086	17.800
2016	20.624	8.628
2017	9.056	2.759
2018	2.029	2.644
2019	2.018	2.529
2020	2.018	2.415
2021 em diante	6.054	7.149
Total	155.390	146.643

(e) Encargos financeiros capitalizados

A Companhia, conforme mencionado na Nota 2.15, tem como prática capitalizar os encargos financeiros sobre o saldo dos projetos em andamento, os quais incluem variação monetária e parte da variação cambial. Nenhum lançamento foi realizado no decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 pela inexistência de financiamentos.

(f) Garantias

A Cambuci concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado nas Notas 9 e 15 (c).

(g) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

19 Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	8.282	11.343	8.282	11.343
Passivo circulante		4.559	3.976	4.559	3.976
Passivo não circulante		3.723	7.367	3.723	7.367
		8.282	11.343	8.282	11.343

O montante das debêntures com vencimento de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014	-	3.976	-	3.976
2015	3.723	3.391	3.723	3.391
Total	<u>3.723</u>	<u>7.367</u>	<u>3.723</u>	<u>7.367</u>

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia renegociou os termos das debêntures da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia encontra-se adimplente com a atual operação.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais conforme mencionado na Nota 24 (a).

20 Instrumentos financeiros

- 20.1** A Cambuci detinha, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os seguintes instrumentos financeiros não derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38 e IAS 39. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variaram em relação aos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

			Controladora		Consolidado	
	Classificação por categoria	Nota	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	5	13.420	14.709	23.370	23.276
			13.420	14.709	23.370	23.276
Aplicacoes financeiras						
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	6	546	500	546	500
			546	500	546	500
Contas a receber clientes	Empréstimos e recebíveis	7	59.032	62.154	68.640	59.370
			59.032	62.154	68.640	59.370
Partes relacionadas						
Ativos	Empréstimos e recebíveis	9	28.370	27.254		381
			28.370	27.254		381
Fornecedores	Outros passivos financeiros		18.073	15.498	15.881	14.005
			18.073	15.498	15.881	14.005
Empréstimos e financiamentos						
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	18	17.151	24.822	30.538	39.190
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	18	102.772	95.225	124.852	107.453
			119.923	120.047	155.390	146.643
Debêntures	Outros passivos financeiros	19	8.282	11.343	8.282	11.343
			8.282	11.343	8.282	11.343
Tributos Parcelados						
Refis	Outros passivos financeiros	21	24.596	21.803	26.571	24.014
Parcelamento do ICMS	Outros passivos financeiros	21	10.628	9.915	10.628	9.915
			35.224	31.718	37.199	33.929

A Administração da Companhia não realizou operações envolvendo transferências de ativos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Nas referidas datas, a Companhia tinha recebíveis (contas a receber de clientes) oferecidos como garantia de empréstimos e financiamentos.

(a) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.
- o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Cambuci em instrumentos financeiros similares.

(b) Hierarquia de valor justo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia, não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos conforme mencionado na Nota 20.3(a).

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

20.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

(a) Contas a receber de clientes

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2013, a classificação do risco está demonstrada a seguir:

	Percentual (%)
1 Risco Baixo	80,8
2 Risco Médio	11,6
3 Risco Alto (*)	7,6

(*) A maioria dos clientes nesta faixa está inativa e os respectivos títulos estão em fase de cobrança judicial. Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Cambuci com pagamento antecipado.

(b) Indicadores de inadimplência

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Faturamento bruto	280.121	267.592	337.372	332.824
Total dos títulos vencidos com mais de 30 dias	7.132	12.512	10.134	12.512
Indicadores de inadimplência (i)	2,55%	4,68%	3,00%	3,76%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes em 31 de dezembro de 2013 / o total do faturamento.

20.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(a) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros são:

- (i) a taxa de câmbio dólar-real
- (ii) indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuar transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, valores referentes a financiamentos, que por estarem em processo judicial não podem ser comparados aos valores de mercado.

(b) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro 2013.

(c) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, à variação da taxa de câmbio dólar-real, segundo o que determina a instrução CVM 475, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Contratos	Cenário Provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
	Valor - Reais	Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	45.319	10,5000%	13,1250%	1.190	15,7500%	2.379
IPCA	2.371	6,0000%	7,5000%	36	9,0000%	71
INPC	8.282	5,5000%	6,8750%	114	8,2500%	228
TJLP	53.588	5,0000%	6,2500%	670	7,5000%	1.340
TR	524	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	-
LIBOR	9.129	0,3600%	0,4500%	8	0,5400%	16
DÓLAR	9.129	2,3800	2,9750	5.432	3,5700	10.864

- (a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 25% em relação às taxas do cenário provável.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- (b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, INPC, IPCA, TJLP e TR de 50% em relação às taxas do cenário provável.

21 Tributos a recolher

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Impostos e contribuições					
ICMS		72		12.817	11.862
PIS		53	14	68	14
COFINS		236	66	307	66
Outros		531	92	856	889
		892	172	14.048	12.831
Tributos parcelados					
REFIS - Lei 11.941/09	(a)	24.596	21.803	26.571	24.014
Parcelamento do ICMS	(b)	10.628	9.915	10.628	9.915
		36.116	31.890	51.247	46.760
Passivo circulante		8.593	4.897	9.282	5.847
Passivo não circulante		27.523	26.993	41.965	40.913
		36.116	31.890	51.247	46.760

(a) REFIS

A Companhia optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos devidos junto à Secretária da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento proporcionou à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em 27 de junho de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional emitiu recibo de consolidação do parcelamento de dívidas incluídas no REFIS IV.

Em 31 de dezembro de 2013, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

(b) PPI - Programa de parcelamento Incentivado

O PPI foi um programa de parcelamento incentivado concedido pelo governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 51.960 de 04 de julho de 2007, para a liquidação de débitos fiscais relacionados ao ICMS.

O parcelamento concedeu a redução no valor dos juros e das multas punitivas e moratórias em vários percentuais de acordo com a forma de pagamento. A Companhia optou por parcelar a

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

dívida em 180 meses, com o benefício da redução de 50% das multas punitivas e moratórias e 40% do valor atualizado dos juros incidentes sobre o imposto e a multa.

Os débitos que foram incluídos no parcelamento tinham a probabilidade de perda provável.

A atualização das parcelas foi acrescida de juros equivalentes à taxa Selic, acumulada mensalmente e calculada a partir do mês subsequente ao do recolhimento da primeira parcela, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estivesse sendo efetuada.

Em 31 de dezembro de 2013, não havia parcelas vencidas em que pudesse desqualificar a Companhia do referido programa.

22 Provisões para contingências

Natureza	2013			Controladora 2012		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhista	1.229	(999)	230	1.570	(1.182)	388
Tributário	1.479	(1.860)	(381)	1.525	(1.093)	432
Total	2.708	(2.859)	(151)	3.095	(2.275)	820

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.570	1.525	3.095
(+) Complemento de provisão	709	145	854
(-) Pagamento de ações	(1.050)	(191)	(1.241)
Saldo em 31 de dezembro 2013	1.229	1.479	2.708

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que esses dispêndios possam ocorrer, substancialmente, entre 2014 e 2017.

23 Contingências - perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas na Nota 22.

Além dos processos mencionados na Nota 22, em 31 de dezembro de 2013, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 12.794 para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

processos, entendem não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim. Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- a) Ações cíveis, num montante de R\$ 869, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- b) Ações Trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e/ou Adicional de Insalubridade, no montante de R\$ 2.228.
- c) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 9.877.

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 35.636, representado por 38.552.249 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal sendo 13.087.267 ordinárias com direito a voto e 25.464.982 preferenciais sem direito a voto.

Em reunião realizada em 07 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de novas ações. O aumento de capital social foi de R\$ 3.296. Foram emitidas 1.592.249 ações, sendo 666.667 ações ordinárias e 925.582 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As novas ações têm os mesmos direitos, vantagens e características asseguradas às ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, nos termos previsto no Estatuto Social da Companhia. A íntegra do aviso aos acionistas está disponível no site da CVM sob o Código CVM : 2100 - Razão Social : CAMBUCI S.A. em Comunicado ao mercado.

As ações da Companhia em 31 de dezembro de 2013 estão totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Reserva de capital – incentivos fiscais

O saldo desta reserva era composto principalmente pelo benefício fiscal de subvenção de ICMS sobre os empreendimentos instalados nos Estados da Bahia e Paraíba. Com a adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a partir de 1 de janeiro de 2007, o benefício do ICMS passou a ser lançado em conta de resultado do exercício, sendo destinado à conta de reserva de lucros por proposta da Administração, referendada pela Assembleia Geral.

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal, até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital social ou para absorver prejuízos.

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva legal para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 336, a qual foi referendada pela AGO/E.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o Art. 195-A da Lei 6.404/76, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

Ao final do exercício de 2012, a Companhia destinou o saldo da reserva de incentivos fiscais para absorver parte do prejuízo do exercício no montante de R\$ 2.289, a qual foi referendada pela AGO/E de 29 de abril de 2013.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva foi constituída com base em lucro não realizado no exercício de 2011, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da lei 6.404/76, que estabelece, nos anos em que os dividendos passíveis de distribuição excederem o caixa gerado pelo resultado apurado pela Companhia, a AGO pode, mediante proposta da Administração, destinar tal excesso à “reserva de lucros a realizar”. Com base na Lei 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para (i) absorver prejuízos e (ii) pagar dividendos.

Ao final do exercício de 2011, a Companhia destinou R\$ 4.790 do saldo remanescente do resultado do exercício para essa reserva que foi referendada pela AGO/E de 30 de abril de 2012 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia utilizou o saldo desta reserva para absorver parte do prejuízo do exercício, a qual foi referendada pela AGO/E de 29 de abril de 2013.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Outros resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Dividendos propostos e destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação:

- (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social;
- (ii) dividendo mínimo obrigatório computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei e em igualdade de condições para todos os acionistas.

(f) Destinação do resultado de 2011

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012 deliberou sobre a aprovação da distribuição de dividendos no montante de R\$ 1.597, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado para o cálculo do dividendo. Esses dividendos representavam R\$ 0,0432 para cada ação ordinária e preferencial, em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a Administração da Companhia decidiu reverter esses dividendos, uma vez que na base de cálculo dos dividendos não foi excluída a receita proveniente de incentivos fiscais auferida naquele exercício. Tal decisão está suportada com base na AGE de 12 de dezembro de 2013. Dessa forma, o valor de R\$ 1.597 foi reclassificado do passivo circulante para prejuízos acumulados.

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia, conforme descrito na Nota 24(e).

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia conforme descrito na Nota 24(e).

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo.

O cálculo da média ponderada no exercício de 2013 está demonstrado a seguir:

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Total das ações em circulação			Média ponderada		
	Ações	Ações	Total média	Ações	Ações	Total média
	Ordinárias	Preferenciais	ponderada	Ordinárias	Preferenciais	ponderada
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.420.600	24.539.400	36.960.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
Aumento de capital	666.667	925.582	1.592.249	666.667	925.582	1.592.249
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.087.267	25.464.982	38.552.249	13.087.267	25.464.982	38.552.249

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2013		2012	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Cálculo do lucro por ação:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	331	331	(27.615)	(27.615)
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):				
Ações Ordinárias	113	113	(9.280)	(9.280)
Ações Preferenciais	218	218	(18.335)	(18.335)
	331	331	(27.615)	(27.615)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):				
Ações Ordinárias	13.087.267	13.087.267	12.420.600	12.420.600
Ações Preferenciais	25.464.982	25.464.982	24.539.400	24.539.400
	38.552.249	38.552.249	36.960.000	36.960.000
Resultado por ação (em R\$)				
Ações Ordinárias	0,0087	0,0087	(0,7472)	(0,7472)
Ações Preferenciais	0,0086	0,0086	(0,7472)	(0,7472)

26 Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas brutas de vendas				
no Brasil	273.426	260.422	291.165	268.259
no exterior	6.695	7.170	46.207	64.565
	280.121	267.592	337.372	332.824
Deduções de Venda				
Tributos	(33.221)	(31.664)	(36.561)	(31.105)
Devoluções de vendas e outros	(17.160)	(14.254)	(17.524)	(27.547)
	(50.381)	(45.918)	(54.085)	(58.652)
Receita líquida de vendas	229.740	221.674	283.287	274.172

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de 20% sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a ser um tributo sobre vendas e, conseqüentemente, para fins de divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

27 Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos

A Companhia goza de subvenções, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	5.193	4.512
Bahia	(b)	15.539	18.415
		<u>20.732</u>	<u>22.927</u>

- (a) Referem-se à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS em conformidade com o decreto 17.252 de 27 de dezembro de 1994.
- (b) Referem-se à subvenção para investimento no Estado da Bahia, usufruído na forma de apuração de crédito presumido de ICMS.

As condições regularmente satisfeitas pela Companhia, no Estado da Paraíba, são as de ampliação das atividades, geração de empregos diretos e indiretos, além de manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual. No Estado da Bahia, as condições são a geração de empregos diretos e indiretos, além de manter em dia as suas obrigações perante o fisco estadual.

A Companhia está cumprindo rigorosamente com os acordos firmados com os referidos Governos Estaduais.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - consolidado

Em 31 de dezembro de 2013, os principais valores que compõem essa rubrica correspondem a:

- (i) Ganho gerado na capitalização do imóvel na sua controlada ERA, no montante de R\$ 22.083, conforme descrito na Nota 15(g);
- (ii) o montante de R\$ 7.041 referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente de acordo firmado com instituição financeira para por fim à Ação Indenizatória movida pela Companhia.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iii) o montante de R\$ 2.421 referente ao principal, juros e correção monetária, proveniente do trânsito em julgado de decisão judicial favorável, em tramite da Justiça Federal de Porto Alegre – RS, movido contra Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

(iv) Outros, no montante de R\$ 5.442, estão distribuídos entre as operações: venda de espaço publicitário no meio esportivo; créditos extemporâneo de PIS e Cofins; resultado de vendas de matérias-primas fora de linha e de resíduos; venda de bens obsoletos do ativo imobilizado; patrocínios recebidos de terceiros, entre outras operações.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	1.723	1.977	1.723	1.977
Variação cambial	6.478	5.630	6.716	6.958
Juros recebidos	728	2.291	728	2.291
Outras Receitas		-		6.129
	<u>8.929</u>	<u>9.898</u>	<u>9.167</u>	<u>17.355</u>
Despesas financeiras				
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(12.140)	(11.243)	(16.390)	(17.560)
Variação cambial	(8.859)	(7.858)	(9.512)	(7.921)
Outras despesas	(7.751)	(7.696)	(10.797)	(11.459)
	<u>(28.750)</u>	<u>(26.797)</u>	<u>(36.699)</u>	<u>(36.940)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19.821)</u>	<u>(16.899)</u>	<u>(27.532)</u>	<u>(19.585)</u>

30 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Classificação por Natureza				
Matérias-primas e serviços terceiros	(147.964)	(183.545)	(192.101)	(230.400)
Despesas com pessoal	(52.779)	(42.429)	(53.637)	(45.500)
Depreciação e amortização	(8.845)	(6.416)	(9.753)	(6.505)
	<u>(209.588)</u>	<u>(232.390)</u>	<u>(255.491)</u>	<u>(282.405)</u>
Classificação por função				
Custos dos produtos vendidos	(136.927)	(129.061)	(167.655)	(161.496)
Despesas com vendas	(81.521)	(67.810)	(97.937)	(83.029)
Despesas gerais e administrativas	(24.780)	(33.196)	(28.976)	(44.711)
Outras (despesas)/receitas operacionais	36.987	6.426	39.077	6.831
Resultado da equivalência patrimonial	(3.347)	(8.749)		
	<u>(209.588)</u>	<u>(232.390)</u>	<u>(255.491)</u>	<u>(282.405)</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

31 Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, pois os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

- (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e
- (b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina, Chile, Paraguai e Espanha.

Em 31 de dezembro de 2013, a receita bruta consolidada de vendas por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 86,3%.
- Operações internacionais: 13,7%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Cambuci S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	2013	2012
Brasil	291.165	261.176
Argentina	41.293	35.317
Ibéria	3.288	3.898
Outros	1.626	32.433
Total	337.372	332.824

As informações sobre os Ativos não circulantes, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras de cada empresa, por país de origem, onde as empresas estão sediadas.

Ativos não circulantes – mercado interno e externo

	Combinado	
	2013	2012
Brasil	153.565	102.083
Argentina	131	545
Espanha	7.922	8.217
Outros	3.548	5.002
Total	165.166	115.847

As políticas contábeis do segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receitas de vendas.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas.

* * *